

PETIÇÃO Nº 13.130 - PR (2019/0342197-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
REQUERENTE : UMBERTO CARLOS DE SOUZA
REQUERENTE : TANIA FONSECA REIS DE SOUZA
REQUERENTE : LAIR RIBEIRO SOBRINHO
REQUERENTE : MARIA APARECIDA DE PAIVA RIBEIRO
ADVOGADOS : OSMAR EUGÊNIO DE SOUZA JÚNIOR - SP144576
LUÍS EVÂNEO GUERZONI - SP153337
LUCAS SILVA TINCANI - SP310207
REQUERIDO : EVERALDO FERNANDES
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS MARQUES ARNAUT - PR024889
SERGIO WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA - PR018620

DECISÃO

Trata-se de *pedido de tutela provisória* formulado por UMBERTO CARLOS DE SOUZA, TÂNIA FONSECA REIS DE SOUZA, LAIR RIBEIRO SOBRINHO e MARIA APARECIDA DE PAIVA RIBEIRO, com a finalidade de atribuir **efeito suspensivo a recurso especial** interposto contra v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou provimento ao agravo de instrumento n. 0030019-41.2018.8.16.0000.

Narram os autos que os requerentes interpuseram agravo de instrumento contra decisão proferida pelo ilustre Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR, que não acolheu impugnação ao cumprimento de sentença.

O eg. Tribunal de Justiça, por sua vez, no julgamento do referido recurso, negou provimento à pretensão dos requerentes, conforme acórdão assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECEU A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECURSO DO DEVEDOR: ALEGAÇÃO DE QUE SUA INTIMAÇÃO PESSOAL SE ERIGIA EM CONDIÇÃO DE INCIDÊNCIA DAS ASTREINTES - DESCABIMENTO - FASE PROCESSUAL SOB A ÉGIDE DO NCPC - ATUAL DIPLOMA QUE INOVA EM SEU ART. 513, ESTABELECENDO, COMO REGRA GERAL, QUE A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA CUMPRIR A SENTENÇA DEVE SE DAR POR MEIO DE SEU ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS,

INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DA OBRIGAÇÃO EXEQUENDA - REVOGAÇÃO IMPLÍCITA DA SÚMULA 410 DO STJ." (fl. 212)

Irresignados, os ora peticionantes interpuseram, com arrimo na alínea "c" do permissivo constitucional, recurso especial com pedido de efeito suspensivo, alegando a ocorrência de dissídio jurisprudencial, afirmando, em resumo, que o v. acórdão recorrido discrepa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que se firmou no sentido de que a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

A douta 1ª Vice-presidência do Tribunal de origem admitiu o recurso especial, nos termos da decisão de fls. 74/75, porém indeferiu o pedido de efeito suspensivo, conforme decisão de fls. 97/98.

Em razão do indeferimento da tutela provisória pleiteada, os requerentes renovam o pedido perante esta Corte Superior, aduzindo, a título de demonstração da probabilidade do direito, que *"o presente Recurso Especial foi interposto, ante a demonstração nos autos, de contrariedade aos dispositivos legais invocados, quais sejam: a Súmula n. 410 do C. Superior Tribunal de Justiça, bem como na divergência jurisprudencial acerca do tema no recurso invocada e demonstrada"* (fl. 8).

Por outro lado, consignam que *"existe a possibilidade de ocorrência de fatos graves e danos de difícil reparação, caso haja o levantamento dos valores penhorados e que estão à ordem e disposição do D. Juízo de Primeira Instância, haja vista que trata-se de dinheiro em espécie e que dificilmente poderão os ora Requerentes reavê-los caso haja o levantamento da quantia por parte do Exequente/Requerido"* (fl. 9).

Ao final, requerem seja deferida *"a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, aplicando-se § 5º do artigo 1.029, bem como o parágrafo único do artigo 995, ambos do CPC, inclusive para manter suspenso o andamento do processo principal (Cumprimento de Sentença) em primeira instância até o julgamento final do Recurso Especial"* (fl. 11).

É o relatório. Passo a decidir.

Acerca da tutela provisória, o Código de Processo Civil de 2015 assim

dispõe:

"Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental."

"Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito."

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

Especificamente no que se refere à concessão de efeito suspensivo a recurso especial, o novo *Codex*, com as alterações estabelecidas pela Lei nº 13.256/2016, estabelece que:

"Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão:

(...)

§ 5º. O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037." (grifos acrescentados)

Fazendo-se uma interpretação sistemático-teleológica dos dispositivos legais ora transcritos, pode-se aferir que a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, e, por consectário lógico, ao agravo em apelo nobre, assim como no anterior sistema processual, exige a presença **concomitante** de *fumus boni iuris*, consistente na plausibilidade do direito invocado no recurso especial, e de *periculum in mora*, cuja caracterização exige a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente de eventual demora na solução da causa.

No caso em liça, partindo de uma análise perfunctória da pretensão deduzida, bem como das peças processuais que formam os presentes autos, percebe-se, num primeiro momento, a demonstração do alegado *fumus boni iuris*.

Isso porque, as conclusões firmadas perante as instâncias locais, a princípio, destoam do entendimento jurisprudência deste Tribunal Superior cristalizado no enunciado sumular n. 410, que dispõe: "*A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer*".

No mesmo sentido, aliás, importante colacionar recentes julgados proferido pelas Turmas integrantes da Segunda Seção, nos quais se reforça a necessidade de observância do entendimento acima mencionado, senão vejamos:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO DA DECISÃO PARA CUMPRIMENTO REALIZADA VIA E-MAIL PELA PARTE AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 410 DO STJ. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do CPC, pois embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento sumulado reconhecendo que "a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo

descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer" (enunciado da Súmula 410 do STJ), ao passo que o e-mail enviado à executado não substitui a intimação pessoal a ser realizada pelo judiciário.

3. A inexistência de carga decisória a respeito da matéria impede que ela seja apreciada na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento (Súmula 211/STJ).

4. A ausência de similitude fática entre os julgados impede o conhecimento do apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois não foram demonstradas em quais circunstâncias o caso confrontado e os arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, sobre a mesma situação fática.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1470751/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 410/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de Obrigação de Fazer.

2. Conforme a orientação prevalecente nesta Corte, ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora, "é necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil" (EResp 1.360.577/MG, Corte Especial, DJe de 07/03/2019).

3. O reexame de fatos e provas não é permitido nesta via especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1726058/PR, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

Por sua vez, igualmente em exame superficial, o *periculum in mora* se faz presente, uma vez que, conforme alegado, foi realizado o bloqueio judicial em conta bancária da parte aqui recorrente, cujo valor estaria a disposição do r. juízo do cumprimento de sentença, podendo ser levantado, diante da ausência de efeito suspenso do apelo nobre, a qualquer momento pela parte exequente, ora requerida.

Desse modo, estando presentes ambos requisitos, faz-se necessária a

Superior Tribunal de Justiça

concessão da tutela de urgência, com fundamento nos arts. 300 e 1.029, § 5º, II, do CPC/2015 e art. 288, § 2º, do RISTJ, para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto nos autos do agravo de instrumento n. 2106169-16.2019.8.26.0000.

Ante o exposto, **defiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial.**

Oficie-se, **com urgência**, ao eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao i. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR, comunicando o deferimento do presente pedido de tutela de urgência, para que impeça o levantamento de qualquer quantia nos autos do cumprimento de sentença n. 0027309-07.2012.8.16.0017, até ulterior deliberação.

Cumpra-se. Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator